



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA
RERIUTABA-CE**

RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Conselho Superior da Magistratura do Estado do Ceará:

Conforme Portarias nºs 68/2013 e 74/2013, de 29 de maio e 3 de junho de 2013, respectivamente, desta Corregedoria-Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na Comarca de **RERIUTABA**, no dia 11 de junho de 2013, pelo Juiz Corregedor Auxiliar Marcelo Roseno de Oliveira, sob a supervisão deste signatário.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de comarca de entrada inicial, de Vara Única, cujo Fórum está localizado na Avenida José Cassimiro de Albuquerque, s/nº, Bairro Curão, sendo local de fácil acesso aos jurisdicionados. Segundo dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base no censo de 2010, a Comarca em destaque totaliza 19.455 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) habitantes.

No início dos trabalhos, as instalações físicas do Fórum foram vistoriadas, verificando-se o regular estado de conservação e limpeza. Com referência à estrutura física do Módulo, destaca-se que a construção do Fórum está em conformidade com os padrões arquitetônicos aprovados pelo Tribunal de Justiça para as unidades do interior do Estado.

JUIZ RESPONDENDO

O Juiz de Direito **André Teixeira Gurgel**, Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sobral, estava respondendo pela Comarca de Reriutaba por ocasião da inspeção, constatando-se que a responsabilidade teve início em 15 de junho de 2012, por força da Portaria nº 987/2012, publicada no Diário da Justiça de 14 de junho de 2012 (p. 3). Acumulava, ainda, o exercício da jurisdição eleitoral da Zona sediada em Reriutaba.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O Ministério Público na Comarca de Reriutaba tem como membro representante o Promotor de Justiça **Ítalo Souza Braga**.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Comarca não conta com membro da Defensoria Pública.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria de Vara Única da Comarca de Reriutaba é dirigida, desde 19 de fevereiro de 2010, pelo servidor **Francisco Welington Muniz Braga**, ocupante do cargo de Oficial de Justiça (atual Analista Judiciário – Execução de Mandados), e que acumula as funções do cargo comissionado de Diretor. A Unidade dispõe de 5 (cinco) servidores efetivos e 6 (seis) cedidos ao Poder Judiciário pela Prefeitura Municipal. Constatou-se que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria de Vara são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

METODOLOGIA

A inspeção foi iniciada no dia 11 (onze) de junho de 2013, às 8h, no Fórum local, encerrando-se às 16:10 do mesmo dia. Na abertura da atividade, o Juiz Corregedor Auxiliar procedeu à conferência dos dados constantes do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), iniciando o exame das ações em curso no Juízo, priorizando a análise em relação às ações referentes a réus presos, adolescentes cumprindo medida sócio educativa, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e execuções penais. Por amostragem, foram analisadas as ações com prazos excedidos, e aquelas que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s) crianças e adolescentes.

Foram examinados os livros da Secretaria, tendo sido inspecionadas, ainda, a residência oficial do juiz e a Cadeia Pública.

PROCESSOS ANALISADOS

Tramitavam na Secretaria de Vara Única da Comarca de Reriutaba-CE, ao tempo da inspeção, 692 (seiscentos e noventa e dois) feitos, entre cíveis, criminais e cartas precatórias, conforme o Formulário de Inspeção – Correição – Visita (FICOVI), atualizado até o mês de abril de 2013. O relatório gerencial emitido pelo SPROC apontou, na data da inspeção, um acervo total de 713 processos, sendo 508 cíveis e 205 criminais, conforme planilhas acostadas ao presente relatório. Já os dados do SGEC apontavam, em março de 2013, um acervo total de 628 ações, **tendo havido recomendação à Secretaria para que buscasse extirpar as incoincidências, mantendo vigilância permanente para que houvesse compatibilidade dos acervos informados nos dois sistemas (SPROC e SGEC), bem assim nas informações**

estatísticas do Conselho Nacional de Justiça.

Foram examinados e despachados 62 (sessenta e dois) feitos em tramitação, o que corresponde a 8,95% do acervo, verificando-se, de modo geral, regular andamento das demandas, havendo preocupação do Juízo quanto a impulsionar, em prazo razoável, os processos que envolvem réus presos, bem como as tutelas de urgência.

Registrou-se que, não obstante a ausência de Juiz Titular, a Unidade tem logrado manter regular movimentação processual, inclusive quanto à prolação de sentenças e audiências, louvando-se o esforço do MM. Juiz de Direito André Teixeira Gurgel e da equipe de servidores. No primeiro trimestre de 2013, segundo dados do SGEN, foram proferidas 79 sentenças e realizadas 43 audiências. Na data da inspeção, havia audiências designadas até o dia 11 de setembro de 2013, sendo esta a data mais distante. Ainda assim, havia processos aguardando designação de ato audiencial, **tendo sido recomendado ao Juízo de que, ao elaborar a pauta de audiências, priorizasse os processos mais antigos e que envolvessem, dentre outros, os interesses de idosos.**

Neste tocante, cumpre assentar que os processos submetidos à prioridade de tramitação em face do **Estatuto do Idoso** não estavam devidamente identificados, mediante aposição de etiqueta na capa, o que deve ser providenciado pela Secretaria, independentemente de haver sido requerido pela parte, desde que haja decisão da autoridade judiciária quanto ao deferimento da prioridade.

Registrou-se que o Juiz de Direito Luciano Nunes Maia Freire, então titular da Comarca, julgou todos os feitos submetidos à Meta 2 de 2009 e Meta 2 de 2010, do CNJ, os quais estavam listados em tal categoria no SPROC, o que é digno de elogios.

O acervo examinado registra processos com tramitação recente, todavia, ainda assim, foram detectadas duas ações abrangidas pela Meta 2 de 2009 e que igualmente integram a Meta 18 de 2013 (Processos 14880-53.2003.8.06.0000 e 37865-16.2003.8.06.0000 – ações de improbidade administrativa que cobram esforços do Juízo para julgamento até 31 de dezembro de 2013), tendo havido recomendação nos autos respectivos para que fosse retomado o impulso processual.

Foi identificada a Carta Precatória nº 1762-72.2013.8.06.0157, extraída de processo que, na origem, está submetido à Meta 18/2013, havendo recomendação no sentido de que fosse priorizada a designação de audiência de instrução, garantindo-se o regular cumprimento do ato.

Segundo os dados do FICOVI, havia 35 processos conclusos para julgamento com prazo excedido.

Registrou-se que as prestações pecuniárias decorrentes de transações penais têm sido destinadas a entidades que desempenham trabalho assistencial e comunitário, indicadas pelo MP, todavia nenhuma delas em funcionamento no próprio Município, como são os casos da Creche Tia Selma e da Associação Shalom, sediadas em Sobral.

CADEIA PÚBLICA

Durante a inspeção, o Corregedor Auxiliar realizou visita à Cadeia Pública local, verificando as dependências e instalações, que apresentavam regular estado de conservação. Foram inspecionadas as instalações da cozinha e depósito de

mantimentos, verificando-se que guardam boas condições de higiene. Segundo os dados fornecidos pelo administrador da unidade prisional, a Cadeia abriga população carcerária de 7 detentos, sendo três provisórios e outros quatro em regime semi-aberto, que pernoitam no local e permanecem recolhidos em tempo integral nos finais de semana. Todos os processos que envolvem detentos da Cadeia Pública foram examinados e despachados. Há processo de réus presos, pronto para julgamento pelo Tribunal do Júri, já constando determinação de que seja designada sessão de julgamento. Constatou-se que a última sessão do Júri foi realizada em 22 de setembro de 2011 e que houve sessão designada para o dia 5 de junho de 2013, adiada para 3 de julho de 2013.

RESIDÊNCIA OFICIAL DO JUIZ

A Residência Oficial do Juiz foi visitada, constatando-se que está sem ocupação atual e carecendo de alguns reparos, todavia aparenta dispor de condições para pronta ocupação pelo futuro titular da Comarca.

MATÉRIAS DIVERSAS

Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso

II) Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

a) a unidade está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009), todavia o acesso, no dia da inspeção, era lento, havendo registro, ainda, que algumas máquinas estão infectadas por vírus, o que já teria sido comunicado ao TJCE;

b) o juiz em atividade está cadastrado nos sistemas Bacenjud, Infoseg e Renajud (META 8 de 2009); não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010), sendo orientado a fazê-lo;

c) encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011);

d) a unidade faz uso do MALOTE DIGITAL;

e) foram detectadas 3 ações de improbidade administrativa ajuizadas antes de 31 de dezembro de 2011 e que cobram esforços para conclusão até 31 de dezembro de 2013 (Meta 18 de 2013);

f) a unidade não cumpriu a Meta 1 de 2012, no sentido de julgar processos em número maior ao de feitos distribuídos, cabendo a ressalva de que o atingimento da meta deve considerar processos efetivamente **julgados** durante o ano e não os que foram **arquivados** (**“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012”**);

g) quando considerados os quatro primeiros meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2013 também não está

sendo atingida, uma vez que os feitos distribuídos superam os processos sentenciados: há informação de 90 (noventa) feitos novos entrados e 79 (setenta e nove) sentenciados;

III) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: a Unidade tem alimentado os dados no BNMP, havendo registro, segundo o último levantamento, quanto à existência de 16 mandados cadastrados; houve recomendação para o que previsto no Provimento Nº 09/13 da Corregedoria Geral da Justiça.

IV) Projeto Pai Presente: houve informação no FICOVI quanto às diligências empreendidas, tendo havido recomendação de que fossem incrementados os esforços em relação ao projeto.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: sem registros.

BOAS PRÁTICAS: sem registros.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo das anteriormente destacadas, foram formuladas, já por ocasião da inspeção, as seguintes recomendações:

a) as causas vinculadas ao Estatuto do Idoso devem ser identificadas e tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;

b) a Unidade deverá aprimorar a aplicação do MANUAL DE ROTINAS – PROCEDIMENTO CÍVEL ORDINÁRIO, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor da Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

c) deve haver especial empenho da Unidade quanto a monitorar e buscar efetiva a Meta 1 de 2013, a qual não foi observada no primeiro trimestre de 2013;

d) recomenda-se que haja imediato impulso das ações de improbidade administrativa, de modo a buscar atingir a Meta 18 de 2013;

e) as sentenças relativas à aplicação de medidas sócio-educativas devem ser registradas em livro próprio, apartadas das sentenças criminais, como ocorre atualmente;

f) a Unidade deve procurar observar a Resolução Nº 165/2012, do CNJ, acerca das guias de execução de medidas sócio-educativas.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações. O Promotor de Justiça Ítalo Souza Braga esteve presente ao Juízo no dia da inspeção.

LIVROS

Foram vistoriados livros obrigatórios, dentre os quais livros de registro de sentenças, realizando-se contagem manual dos atos proferidos. O Livro de Carga para advogados revelou processos com prazo excedido, tendo havido recomendação de que o Diretor de Secretaria certificasse sobre o ocorrido, permitindo a adoção das providências cabíveis.

Em geral, observou-se a boa ordem e formatação dos livros, não sendo detectadas rasuras, entrelinhas ou o uso de substância corretiva.

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Conforme Ofício n.º 23/2013-AUD-CGJ, de 4 de julho de 2013, dirigido ao Juiz Corregedor Auxiliar desta Casa Correcional, houve encaminhamento de relatório de inspeção das serventias extrajudiciais, detectando-se situações que reclamam a adoção de providências por parte do Juiz da Comarca de Reriutaba, na qualidade de Corregedor Permanente, a quem deve ser dada ciência das recomendações lançadas, para a adoção das medidas cabíveis.

Indicou a Auditoria, através de anexo ao relatório, as seguintes recomendações às serventias extrajudiciais:

ANEXO I: SINOPSE DAS RECOMENDAÇÕES

1.01 – PARA A RESPONSÁVEL PELO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

RECOMENDAÇÃO 1: Fixar o horário de atendimento em local visível ao público;

RECOMENDAÇÃO 2: Proceder com o recolhimento da contribuição sociais da titular nos termos da legislação;

RECOMENDAÇÃO 3: Apresentar o comprovante de endereço residencial da titular à Auditoria da CGJ-CE.

RECOMENDAÇÃO 4: Fixar quadro funcional com as informações da titular e das substitutas.

RECOMENDAÇÃO 5: Informar ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, à Junta Militar, à Justiça Eleitoral, à Secretaria de Saúde do Município, bem como à Polícia Federal, em se tratando de estrangeiros, nos termos do art. 126 do Provimento nº 06/2010-CGJ, os óbitos registrados no mês, observado o prazo de cinco dias, devendo comunicar esse cumprimento, sempre que atendido, à CGJ para conhecimento, via malote digital.

RECOMENDAÇÃO 6: Informar trimestralmente os nascimentos, casamentos e óbitos ao IBGE, termos do art. 64, do Provimento nº 06/2010, devendo comunicar esse cumprimento sempre que atendido à CGJ para conhecimento, via malote digital.

RECOMENDAÇÃO 7: Fazer a regularização no Sistema Justiça Aberta, nos termos do Provimento 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e comprovar à Corregedoria do cumprimento via malote digital.

RECOMENDAÇÃO 8: Em razão das ocorrências constatadas a cartorária deverá atender o que determina os termos do art. 25 e incisos do Provimento nº 06/2010-CGJ.

RECOMENDAÇÃO 9: Restaurar os livros antigos. Devendo, ainda, fazer limpeza periódica nos livros e guardar os mais antigos em invólucro de plástico para favorecer a conservação do acervo.

RECOMENDAÇÃO 10: Comunicar à Divisão de Arrecadação do FERMOJU o equívoco dos lançamentos invertidos a fim de manter consonância das informações prestadas com atos praticados.

02 – PARA A RESPONSÁVEL PELO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DE AMANAIARA

Recomendação 1: Deverá requerer ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Reriutaba a Portaria e respectiva publicação de sua respondência pela serventia do Distrito de Amanaiara, bem como a portaria de designação de sua substituta com a devida publicação, comunicando à Corregedoria-Geral para conhecimento, via malote digital;

Recomendação 2: Deverá requerer ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Reriutaba, portaria de anexação do Distrito de Amanaiara ao Cartório do 1º Ofício de Registro Civil da Comarca de Reriutaba que já responde pelo acervo;

Recomendação 3: Providenciar o cadastro do CNPJ da serventia para informar os dados no Sistema Justiça Aberta do CNJ, ainda que sem movimento, solicitando senha de acesso junto à Auditoria da CGJ-CE;

Recomendação 4: Praticar todos os atos da comunidade do Distrito de Amanaiara com os selos da serventia do Distrito, bem como escriturar os atos nos respectivos livros e informar nos sistemas do FERMOJU pelo código da serventia: **087014**.

ANEXO 2: SINOPSE DAS RECOMENDAÇÕES

2.03 – PARA O RESPONSÁVEL PELO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO IMÓVEIS

RECOMENDAÇÃO 1: Fixar o horário de atendimento em local visível ao público;

RECOMENDAÇÃO 2: Proceder com os devidos recolhimentos das contribuições sociais nos termos da legislação;

RECOMENDAÇÃO 3: Fixar quadro funcional com as informações do titular e substituto;

RECOMENDAÇÃO 4: Fazer a regularização no Sistema Justiça Aberta, nos termos do Provimento 24/2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e comprovar à Corregedoria do cumprimento, por malote digital;

RECOMENDAÇÃO 5: Apresentar as declarações pendentes e as demais nos prazos; comprovar à Corregedoria o cumprimento, por malote digital;

RECOMENDAÇÃO 6: Abrir o Livro Especial de Aquisições de Imóveis Rurais por pessoas Estrangeiras, Físicas e Jurídicas e comunicar ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Reriutaba o fato ocorrido em relação ao Livro Nº 52 de Escrituras;

RECOMENDAÇÃO 7: Corrigir as irregularidades constatadas nos livros, por esta Auditoria, nos termos do art. 19, art. 25 e seus incisos, art. 21 § 2º art. 299 e art. 302 do Provimento nº 06/2010-CGJ-CE. Providenciar a encadernação dos livros de folhas soltas após o prazo de 30 dias, contados da data do termo de encerramento, em capa dura e formatação tipográfica;

RECOMENDAÇÃO 8: Providenciar a restauração dos livros antigos. Devendo, ainda, fazer limpeza periódica nos livros e guardar os mais antigos em invólucro de plástico para favorecer a conservação do acervo;

RECOMENDAÇÃO 9: Fazer o alinhamento do quantitativo do estoque de selos da serventia em conformidade com o relatório de estoque de selos extraído do sistema Sigua Extrajudicial *Online* e fazer comprovação à Auditoria da CGJ-CE;

RECOMENDAÇÃO 10: Efetuar os lançamentos de 10 (dez) atos de Instrumento de Protesto; 12 (doze) Atos de Registros de Títulos de Documentos e 02 (dois) atos de Escritura, em seguida fazer comprovação, através do pagamento de Guias Complementares, à Auditoria da Corregedoria-Geral.

CONCLUSÃO

A inspeção realizada na Vara Única da Comarca de Reriutaba revelou, de modo geral, satisfatório desempenho da Unidade, que lograva manter, mesmo sem a presença de Juiz Titular, tramitação regular dos feitos e boa produtividade.

Trata-se de comarca com acervo processual reduzido e bastante recente, louvando-se os esforços dos magistrados que ali atuaram, bem como da equipe de servidores.

Não se detectou irregularidades graves ou situações que possam comprometer o regular desempenho da atividade jurisdicional.

Por fim, em cumprimento ao Provimento Nº 006/2007, desta Corregedoria, deve ser dada ciência do presente relatório, bem assim das conclusões e recomendações da Auditoria, ao magistrado atualmente à frente da Vara Única da Comarca de Reriutaba, observando-se o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para corrigir as pendências verificadas.

Este é o relato que se submete à douta apreciação do Conselho Superior da Magistratura.

Fortaleza, 18 de setembro de 2013.

Desembargador Francisco Sales Neto
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Marcelo Roseno de Oliveira
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR